



Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

ALESSANDRO EVERTON SILVA DOS SANTOS

**O Príncipe bolivariano:
Uma análise da tomada de poder por Hugo Chávez**

Brasília -DF

Junho de 2008

ALESSANDRO EVERTON SILVA DOS SANTOS

**O Príncipe bolivariano:
Uma análise da tomada de poder por Hugo Chávez**

Trabalho, elaborado e apresentado pelo acadêmico Alessandro Everton Silva dos Santos ao curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora:
Prof^a Raquel Boing Marinucci

Brasília -DF

Junho de 2008

Santos, Alessandro Everton Silva dos,

O Príncipe bolivariano: Uma análise da tomada de poder por Hugo Chávez, 2008.

Nº de páginas, p. 49.

Monografia em Relações Internacionais – Centro Universitário de Brasília. UniCEUB , 2008.

1. Hugo Chávez 2. Dominação 3. Venezuela 4. Poder

ALESSANDRO EVERTON SILVA DOS SANTOS

**O Príncipe bolivariano:
Uma análise da tomada de poder de Hugo Chávez**

Trabalho, elaborado e apresentado pelo acadêmico Alessandro Everton Silva dos Santos ao curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Comissão formada pelos professores:

Brasília, DF,

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Raquel Boing Marinucci
(Orientador)

Prof.
(Membro)

Prof.
(Membro)

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram em meus empreendimentos, sejam eles pequenos ou grandes, no passado ou no futuro.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus e a Nossa Senhora que são a minha fonte de inspiração.

Aos meus queridos pais José Jorge dos Santos e Vera Lucia Silva dos Santos que muito lutaram com os obstáculos da vida para me apoiar na formação acadêmica. Ao meu irmão Hugo Santos pela paciência durante toda uma vida e sua nova família pelo carinho.

A minha namorada amada e sempre companheira Rayana Madlum de Paula, pelo apoio nos momentos em que a desmotivação e as dificuldades pareciam maior do que à vontade de vencer. Pelos debates sobre educação, política e economia, que duram horas e me fazem crescer.

A minha orientadora Raquel Boing pelo apoio nas discussões que nortearam este Trabalho Final de Curso. Obrigado pelos momentos destinados à avaliação das minhas palavras e pensamentos.

A todos os Mestres que fizeram parte da minha formação Acadêmica. Acreditem sempre em suas profissões e tenham certeza que me tornaram uma pessoa melhor.

Ao Centro Universitário de Brasília, pelas oportunidades e dificuldade oferecidas durante minha formação que muito me fizeram amadurecer.

As pessoas que fazem o Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, obrigado pelo empenho e apoio aos estudantes.

Enfim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra me ajudam na caminhada rumo ao sucesso.

“Eu não tenho ídolos. Tenho admiração por trabalho, dedicação e competência”.

(Ayrton Senna da Silva)

Resumo

O presente trabalho monográfico examina a figura do *Príncipe* de Maquiavel e a importância dos *tipos de dominação* propostos por Weber para ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela. Discute-se a necessidade da *virtú* nas diversas ações de Chávez para impor-se como representante das massas perante a deterioração das instituições venezuelanas ocorrida devido à ingerência de potências externas. Ademais, dentre as formas de dominação propostas por Weber, examina-se a *dominação carismática*, acreditando-se ter sido utilizada por Chávez. Assim, a reflexão transcende a simples necessidade de possuir *virtú* ou a *fortuna* e propõe uma análise em que a consolidação do poder só poderá ocorrer perante a dominação que Chávez exerce sobre grande parte da população. O objetivo geral do estudo é demonstrar a possibilidade de relacionar as teses de Maquiavel e Weber e as ações de Hugo Chávez em sua jornada até o alcance do poder.

PALAVRAS-CHAVE: HUGO CHÁVEZ, VENEZUELA, PODER, MAQUIAVEL, DOMINAÇÃO, CARISMA.

Abstract

The present monographic work searches to point out the figure of the Prince of Maquiavel and the importance of the types of domination proposal for Weber to the ascension of Hugo Chávez the presidency of Venezuela. It is argued necessity of *virtú* in the many actions of Chávez to impose itself as representative of the people before the deterioration of the Venezuelan Institutions, occurred due to mediation of external powers. In such a way, amongst the domination forms proposals for Weber, it is examined *charismatic domination*, believing it have been used for Chávez. Thus, the reflection exceeds the simple need to possess *virtú* or *fortune* and proposes an analysis in which the consolidation of power can only occur before the domination, who Chávez does on most part of the population. The general objective of the study is to demonstrate the possibility to relate the Maquiavel and Weber theories with the actions of Hugo Chávez in his journey until the power.

KEYWORDS: HUGO CHÁVEZ, VENEZUELA, POWER, MAQUIAVEL, DOMINATION, CHARISMA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O DEBATE ENTRE NICOLAU MAQUIAVEL E MAX WEBER	12
1.1. “Pois a força é justa, quando necessária”	12
1.2. “Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas”	19
1.3. A manutenção do poder: Carismática X Disciplinada.....	23
2. A VENEZUELA DE CHÁVEZ	25
2.1. A deterioração das instituições venezuelanas	25
2.2. 1992: A criação do Chavismo - Um herói nacional	29
2.3. A eleição de 1998: a tomada do poder.....	33
2.4. Uma nova burocracia	35
3. CHÁVEZ NO PODER: RESULTADO E DISCUSSÃO	38
3.1. O príncipe Bolivariano	38
3.2. A consagração do “herói nacional”	42
3.3. Chávez e a Nova Ordem Venezuelana	45
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Pode-se inferir que, atualmente, Hugo Chávez é uma grande liderança na América Latina, figura política que causa admiração e aversão em vários seguimentos da comunidade internacional. Essa afirmativa pode ser corroborada com a política que vem sendo adotada por vários países do continente americano, dos quais podemos citar Rafael Correa, no Equador, e Evo Morales, na Bolívia. Ambos demonstram seguir o exemplo de Chávez.

Acredita-se que todos os que adquirem poder estatal legítimo, seja por suas habilidades, seja pela capacidade de exercer os variados tipos de dominação, devem ter suas tomadas de decisão analisadas e avaliadas em vários aspectos. Tais análises alcançam evidência quando relacionadas às teses de pensadores que conseguiram sintetizar as relações de poder e dominação entre os seres humanos de forma excepcional. Sobre essa necessidade de base teórica, Umberto Eco expõe que o pesquisador deverá apoiar-se em um marco teórico para visualizar o problema em questão, de forma a superar as limitações de seus antecessores.

A questão é ter um ponto de apoio. Os medievais, com seu exagerado respeito pela autoridade dos autores antigos, diziam que os modernos, embora ao seu lado fossem “anões”, apoiando-se neles tornavam-se “anões em ombros de gigantes”, e, deste modo, viam mais além do que seus predecessores” (ECO, 1932, p. 12).

Dessa maneira, pondera-se que a ascensão de Chávez ao poder deve ser analisada pela ótica de duas renomadas obras, são elas: *O príncipe* (1513) de Maquiavel e *Economia e Sociedade* (1921) de Max Weber.

Assim, no primeiro capítulo desta monografia, propõe-se analisar os pensamentos intrínsecos de *O príncipe* de Maquiavel, conduzindo um exame das principais definições conceituais apresentadas pelo autor. As formas propostas de tomada do poder são especialmente destacadas, pois se defende que os conceitos de *virtú* e *fortuna* estão intimamente ligados ao estudo de caso proposto e auxiliam no entendimento da questão. Igualmente, propõe-se discutir a questão do *Governo civil*, a *natureza das milícias* e a importância da liberdade que a figura do príncipe deve impor ao seu Estado. Ainda nesse mesmo capítulo, pondera-se os *tipos de dominação* de Weber com ênfase na *dominação carismática*, por crer que esta foi a forma de dominação utilizada por Chávez durante o processo de tomada do poder. Para tanto, fez-se

indispensável à discussão das outras formas de dominação, a fim de entendê-las e diferenciá-las no decorrer da exposição.

No decorrer da identificação e análise do processo histórico, entende-se a necessidade do diálogo entre as teses de Maquiavel e Weber utilizadas como base teórica, bem como a de relacionar os *tipos de dominação* com o pragmatismo que a figura do príncipe maquiavélico deve possuir.

Já no segundo capítulo, apresenta-se um histórico resumido dos fatos de maior relevância na moderna política venezuelana, que quando relacionados às definições teóricas já conhecidas pelo leitor, darão o contorno necessário para o entendimento deste estudo.

O capítulo inicia com a análise da criação pelo *Pacto de Punto Fijo*, tratado que deu fim ao regime militar e iniciou a um novo período democrático na Venezuela. Com isso, verifica-se a importância do tratado para as instituições e para o declínio das mesmas com o passar dos anos. Busca-se narrar o golpe militar, que insere o Tenente - Coronel Hugo Rafael Chávez Frias no cenário político venezuelano. O evento torna-se fundamental para criar a comparação que o povo faz de Chávez com um “herói nacional”, que pretende salvar o país. Tal figura é utilizada por Chávez para fundamentar a necessidade de tomar o poder e realizar mudanças institucionais.

Por fim, no terceiro capítulo, anseia-se relacionar a ascensão de Chávez ao poder com os pensamentos de *dominação carismática, virtú e fortuna*. Desta forma, busca-se demonstrar a relação de dominação que Chávez exerce junto à população além das habilidades pessoais que o levam a tomar o poder estatal da Venezuela. Além de examinar algumas das principais mudanças institucionais que Chávez articulou para impor a manutenção do poder.

Neste sentido, pretende-se trazer a América Latina para o centro das discussões internacionais, analisando os métodos de um líder que servem de modelo para a esquerda que ressurge no continente. Ademais, este exercício acadêmico não pretende esgotar o assunto, nem considerá-lo como verdade absoluta, visto a existência de diversas interpretações dadas aos autores escolhidos e aos métodos utilizados por Chávez, deseja-se apenas propor um debate sobre o assunto que é considerado vasto.

1. O DEBATE ENTRE NICOLAU MAQUIAVEL E MAX WEBER.

Sabe-se que não é de hoje que o ser humano tenta explicar as relações sociais e políticas de dominação. Entende-se, igualmente, que durante a história alguns pensadores obtiveram maior êxito em escrever suas teses sobre o homem e sua necessidade de poder. Dentre tais pensadores, destacam-se Nicolau Maquiavel e Max Weber, que acredita-se formularam suas teses próximas da universalidade, isto é, seus pensamentos podem ser aplicados aos mais diversos casos e tempos. Levando em conta as idéias fundamentais de Weber e Maquiavel, pretende-se realizar uma análise de obras reconhecidas desses autores, a fim de confrontar seus pensamentos sobre as formas de governar, assumir e manter-se no poder.

1.1. “*Pois a força é justa, quando necessária*”

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) inicia sua vida pública muito jovem como Secretário da Segunda Chancelaria na cidade de Florença. Nesse período, começa o processo de observação das lideranças européias da época, a fim de confrontar a atuação dessas lideranças com outras, que eram consideradas por ele como grandes nomes da história. Todavia, somente após seu afastamento do cargo, por ser acusado de realizar uma política anti-Médici e ser um adepto do movimento republicano, é que Maquiavel organiza seus pensamentos, visando escrever suas obras. Dentre elas, *O príncipe* (1513), a qual mais a frente deveria ser entregue a Lourenço de Médici II com o intuito de demonstrar a subserviência de Maquiavel à autoridade constituída, fosse ela de viés autoritário ou democrático, capaz de unificar a Itália e protegê-la dos estrangeiros. A obra *Dos principados* (CHEVALLIER, 1990, p. 22), popularmente consagrada como *O príncipe*, tornou-se um marco na ciência política moderna, por tratar os Regimes Políticos não pela ótica cristã, que era imposta pela igreja, mas pela “verdade efetiva do fato”, tal como a história humana apresenta.

(...) Maquiavel não introduz a distinção entre principados bons e maus, entre príncipe e tirano. Como se viu, ele distingue os vários tipos de principados de acordo com o modo da sua aquisição; aquele que chega a dominar um principado *per*

scelera corresponde à figura do tirano clássico, mas, para Maquiavel, é um príncipe como os demais (BOBBIO, 1997, p. 88).

Na obra *O príncipe* (1513), Maquiavel utiliza-se das palavras escritas no sentido clássico. Dessa forma, quando se refere ao príncipe não se deve imaginar o primogênito de um monarca, que está destinado a ser o líder de um povo com a morte do pai. Em seu livro *Maquiavel, o Poder – História e Marketing*, Nivaldo Junior (1991, p. 49) afirma que “Príncipe, na obra de Maquiavel, é o principal cidadão do Estado, de acordo com o sentido que o vocabulário tinha na Roma Antiga”. Ademais, infere-se que o príncipe para Maquiavel é de fato aquele que governa, em qualquer dos escalões do poder executivo, não importando os métodos para assumir o poder.

Maquiavel, autor florentino, propõe ainda que o governante ansioso por conquistar o poder tem quatro formas de realizá-lo: pela perversidade, pelo consentimento dos concidadãos, pela *virtú*, na qual revela empenho e valor político do líder e pela *fortuna*, isto é, pela sorte de outrem lhe entregar o poder. Percebe-se que o estudo de Maquiavel enfoca o embate entre a *virtú*, que representa as qualidades do líder de realizar campanhas e feitos notáveis, e a *fortuna*, destino que já foi traçado e acontecerá independente da vontade do homem.

O conceito de *virtú* supera a simples capacidade de o líder se empenhar em sua campanha de obtenção e manutenção do poder. Já a *fortuna*, apresenta-se como uma mudança provável, que pode ser evitada e deve ser explorada pelo príncipe. Realizando comparações, Maquiavel trata a *fortuna* como uma deusa, mulher que não pode ser controlada e possui todos os bens desejados pelos homens. Ademais, compara a *virtú* com a virilidade de cada homem, isto é, a capacidade de seduzir a amante *fortuna* a fim de receber seus favores.

Mas como fazer para a deusa Fortuna nos favorecer e não a outros, perguntavam-se os homens da antiguidade clássica? Era imprescindível seduzi-la, respondiam. Como se tratava de uma deusa que era também mulher, para atrair suas graças era necessário mostrar-se vir, um homem de verdadeira virilidade, de inquestionável coragem (SADEK, 2004, p. 21).

Maquiavel tende a aceitar, com ironia, a justificativa clássica cristã que a tradição das coisas do mundo são decididas por Deus e nada pode o homem fazer para modificá-las. No entanto, enuncia o pensamento em que a *virtú* está diretamente ligada à *fortuna*. Pode-se

afirmar que a *virtú* é, acima de tudo, a capacidade que o líder tem de criar defesas contra as possibilidades que a *fortuna* venha a apresentar, ou seja, refere-se à capacidade de o líder se adaptar as situações e de permanecer seduzindo a deusa *fortuna*. Todavia, segundo Maquiavel, os seres humanos tendem a manter a mesma conduta e acabam perdendo o poder quando a *fortuna* apresenta novas dificuldades. O autor utiliza-se de uma metáfora para explicar o assunto, relacionando a *fortuna* a uma enxurrada e a *virtú* a diques e barragens, que podem conter a enchente.

Comparo a sorte a um rio impetuoso que, quando enfurecido, inunda a planície, derruba casas e edifícios, remove terra de um lugar para depositá-la em outro. Todos fogem diante da sua fúria, tudo cede sem que se possa detê-la. Contudo, apesar de ter esta natureza, quando as águas correm quietamente é possível construir defesas contra elas, diques e barragens, de modo que quando voltem a crescer, sejam desviadas por um canal, para que seu ímpeto seja menos selvagem e devastador (MAQUIAVEL, 2003, p. 145 - 146).

O príncipe vive em meio aos riscos que a amante *fortuna* apresenta. Convém afirmar que o bom príncipe de Maquiavel terá a necessária *virtú* de sempre estar atento aos acontecimentos ao seu redor, acompanhando o proceder dos súditos que o invejam, além de movimentos das potências exteriores.

O mesmo autor afirma com sarcasmo que o príncipe ideal seria repleto de aptidões indiscutíveis, como: generosidade, coragem, religiosidade, firmeza, entre outras qualidades. Entretanto, o autor florentino reconhece que seria impossível um único homem somar todas essas qualidades. O bom príncipe deveria evitar somente os vícios que poderiam retirar-lhe do poder.

O pensamento maquiavélico orienta que o príncipe deve ser pragmático em suas ações, tendo a *virtú* como único orientador, abstendo-se de julgamento religioso, ideológico ou moral. Chevallier (1990, p. 36) afirma que “O príncipe que quer manter-se deve, pois, aprender a não ser bom, a ser ou não ser bom ‘conforme a necessidade’”.

No Capítulo III de *O príncipe* (1513), observa-se os novos governos e a necessidade do uso da força por seus governantes, a fim de se manter no poder. Maquiavel impõe a análise de uma esfera pública, na qual a política a curto prazo é feita por poucos enquanto a de longo prazo tende a ser feita por muitos. Logo, a violência a ser implantada

para a obtenção e manutenção do Estado deverá ser realizada rapidamente, em detrimento a grande massa.

Em contraponto, o líder que desejar se manter no poder deverá ter seu *status* chancelado pelo povo, como Maquiavel (2003, p. 32) observa: “o príncipe precisará sempre do favor dos habitantes de um território para poder dominá-lo, por mais poderoso que seja seu exército”. No entanto, não se pode inferir que Maquiavel propunha a república como o regime a ser seguido. Na verdade, tudo se resume a ter *virtú* necessária para adquirir e manter-se no poder. De maneira objetiva, o povo nada mais é do que um simples instrumento, que deve chancelar o príncipe como líder do Estado, a lei é o mecanismo legal de afirmação do soberano e a armas os meios necessários de obtenção do poder, os quais devem ser utilizados pelo líder em suas campanhas.

Considerando o Capítulo IX, *O governo civil*, apresenta-se uma nova idéia de como o líder deve agir em relação ao povo ou a aristocracia, para obter e manter-se no poder. Nessa forma de governo, Maquiavel (2003, p. 70) verifica que “para atingir tal posição, o cidadão não dependerá inteiramente do valor ou da sorte, mas da astúcia afortunada”. Na modernidade, vários países adotam o chamado governo civil devido a maior atuação da sociedade, logo, a fim de contextualizar a obra com a contemporaneidade, torna-se fundamental uma análise do que Maquiavel invoca como *astúcia afortunada*.

A conquista de um príncipe pelo favor dos concidadãos [Capítulo X: Do Principado Civil] exige, sem dúvida, alguma fortuna e alguma virtú, mas nem toda a fortuna, nem toda a virtú: antes uma “astúcia afortunada” uma habilidade feliz (CHEVALLIER, 1990, p. 36).

Para a melhor compreensão da *astúcia afortunada*, o autor florentino sugere um confronto entre grupos sociais. Dessa forma, quem institui o líder ou é o povo, por meio da república ou a aristocracia, utilizando-se dos principados.

A minoria organizada (aristocracia), não podendo saciar o anseio de oprimir a massa, elege um dos seus para ser o príncipe e manter a ordem estabelecida. Já o povo, utiliza-se da mesma lógica de eleger um representante para evitar a opressão da aristocracia. Nas palavras de Maquiavel (2003, p. 71), “O povo por outro lado, quando não pode resistir aos ricos procura exaltar e criar um príncipe dentre os seus que os proteja com sua autoridade”. Pode-se inferir que no primeiro caso o príncipe terá grande facilidade de chegar ao poder, porém enorme dificuldade de manter-se. No segundo caso acontecerá o inverso, isto

é, o príncipe terá grande dificuldade de chegar ao poder, no entanto, uma enorme facilidade de manutenção.

A escolha entre a República e o Principado não se dá de forma abrupta, em que se considera apenas idealismo e vontade. Na verdade, a escolha do novo regime deve suceder por meio de uma análise das condições históricas do Estado, isto é, quando o Estado encontrar-se ameaçado pela corrupção e deterioração das instituições. Verifica-se assim, a necessidade de um governo forte, no qual iniba as forças que o podem destruir.

Sadek (2004) propõe que o príncipe deve ser aquele que reformula o Estado, isto é, um operador de mudanças no momento em que a nação corre o risco de deterioração. Logo, não é um ditador, mas um catalisador das mudanças necessárias. Quando o Estado já se encontra restaurado e o príncipe já cumpriu sua função de educador da sociedade, a República deverá se instalar. Nessa mudança, a *fortuna* leva o príncipe a demonstrar toda a sua *virtú*, no intuito de se edificar no poder sem ter de se tornar um ditador. Logo, o governante deverá usar seus aliados como milícias de convencimento das massas e com isso manter-se no poder sem ter de utilizar a violência para com seu povo. No sentido de melhor utilizar os meios que levam e mantêm um governante, este deverá observar seus deveres com as milícias dando-lhes boas armas, motivação e disciplina. Maquiavel (2003, p. 92) aponta que “Os príncipes, por conseguinte, não deveriam ter outro objetivo ou pensamento além da guerra, a organização e disciplina das tropas”.

O professor José Nivaldo Junior propõe um novo olhar sobre as obrigações do príncipe contemporâneo, no qual as guerras tornam-se disputas eleitorais, sendo assim o príncipe não deve desviar sua atenção do processo eleitoral. Para Nivaldo Junior (1991, p. 57) “a eleição deve ser uma obsessão constante”, em que o governante terá a necessidade de se manter focado no processo eleitoral e nos anseios de seus eleitores. O fato de possuir armas vai muito além de ter um exército poderoso, como era nos tempos de Maquiavel. Sendo as guerras dos Séc. XXI as eleições, é desejável que as milícias sejam militantes e as armas sejam boas leis. Entretanto, a natureza das milícias permanece sendo próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas, conforme relata Maquiavel (2003, p. 81) “as tropas com que um príncipe defende seus domínios podem ser próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas”. As *forças auxiliares* são enviadas por outro governante de maior poder, sendo de grande valia para as vitórias imediatas e urgentes, porém com o tempo podem se tornar um estorvo, tornando o príncipe refém da situação.

As tropas auxiliares podem ser em si mesmas eficazes, mas são sempre perigosas para os que dela se valem – se são vencidas, isto representa uma derrota; se vencem, aprisionam quem as utiliza (MAQUIAVEL, 2003, p. 87).

A partir dessa colocação, pode-se observar que *forças auxiliares* são comumente utilizadas em campanhas eleitorais por políticos que, não conseguindo sustentar sua caminhada ao poder, apóiam-se em outros de maior popularidade, além de utilizarem cabos eleitorais e todos os meios que lhe são oferecidos. Caso vencedores, tornam-se por obrigatoriedade fiéis aos que o apoiaram, caso vencidos nada conseguem. Os eleitores pagos para serem cabos eleitorais atuam como *milícias mercenárias*, motivadas somente pelo pequeno soldo que recebem. De fato, nunca defenderão o candidato com vigor e o possível governante nunca saberá a real dedicação destes até que seja realizada a apuração eleitoral. Com as *milícias mercenárias*, o governante nunca terá plena firmeza de suas conquistas, afinal estas em tempos de paz são leais, mas quando a guerra é eminente, fogem.

Os príncipes que sustentam seu domínio apoiados numa base mercenária, nunca terão uma posição firme e segura. Com eles, a ruína só demora até o ataque inimigo, pois o salário que ganham não justifica que matenham-se e morram pelo soberano (NIVALDO JUNIOR, 1991, p. 57).

As *forças próprias* são constituídas das pessoas diretamente ligadas ao príncipe, isto é, sujeitos que são convencidos sobre a dependência da vontade e da continuidade do príncipe. Diante o conceito das *forças próprias*, Maquiavel (2003 p. 91) expõe: “As forças próprias de um príncipe são aquelas compostas por seus súditos, cidadãos ou servos, as demais são todas mercenárias ou auxiliares”.

Para entender as *milícias próprias* nas campanhas eleitorais, propõe-se avaliar um governante que, antes de iniciar o processo de tomada do poder, realiza uma campanha de convencimento. Esta, por sua vez, aponta que o crescimento dos indivíduos está diretamente ligado à ascensão do governante e ao louvor que aqueles têm por este.

Ao verificar os motivos que levam os governantes a serem amados ou desprezados, Maquiavel é determinado ao dizer que suas palavras estão voltadas para verdade efetiva das coisas como são e não as demagogias e anseios de como deveriam ser. Desta forma, inicia a orientação do príncipe que almeja ser amado.

De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar e não a defender-se. Quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está fadado a sofrer, entre tantos que não são bons (MAQUIAVEL, 2003, p. 96).

Conforme dito, o autor florentino enumera várias qualidades que um príncipe deveria possuir, tais como: generosidade, coragem, religiosidade, firmeza, entre outras qualidades. A partir dessa afirmativa, desenvolve seu pensamento impondo sobre a impossibilidade de um único homem reunir todas as qualidades desejadas e que a moral imposta na vida privada não deve seguir o governante na vida política. Ademais, Maquiavel determina que o príncipe deve evitar, acima de todos os males, o ódio e o desprezo do povo e procurar explorar a melhor maneira de fazê-lo, mantendo a liberdade e o respeito as leis estabelecidas.

Quando seus súditos têm seu patrimônio e honra respeitados vivem geralmente satisfeitos, será preciso apenas que o príncipe lute contra a ambição de alguns poucos que poderão ser controlados facilmente de muitas formas. (MAQUIAVEL, 2003, p.110).

A liberdade da nação é fundamental para entender a permanência de um governante à frente de seu Estado. O povo que nasce e permanece livre é mais suscetível a apoiar o governante em suas campanhas, sejam elas de expansão ou de simples manutenção da ordem estabelecida. Nesse sentido, pode-se identificar que as grandes potências do passado ou do presente têm como característica principal a liberdade do Estado mesmo que isso custe a supressão das liberdades individuais. Bignotto (1991, p. 79) confirma que “a liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não as possuem”.

Ao identificar o real valor que Maquiavel dá à liberdade, tem-se a possibilidade de verificar um novo sentido aos deveres do príncipe. O governante interessado em evitar sua própria ruína deverá orientar sua milícia a convencer o povo que as ações do príncipe são voltadas para a liberdade do Estado e do indivíduo.

Acredita-se que, desta forma, o governante poderá determinar a diferença entre liberdade e libertinagem. A liberdade significará a independência das ações do Estado e do

governante em relação aos agentes externos, finalmente, o poder de decisão do Estado partirá somente do desejo do povo e não do interesse externo. Já a libertinagem poderá ocasionar a retirada da autonomia do povo, tornando o Estado refém das grandes potências externas. Caso o governante seja bem sucedido em determinar tal diferença deverá observar especialmente a criação de instituições e leis que mantenham o pensamento de autonomia do povo.

Segundo Maquiavel, as leis são fundamentais, pois exercem o papel de manutenção da ordem estabelecida. Bignotto (1991, p. 84) propõe que para o secretário florentino “as leis ocupam lugar que os Tarquínios ocupavam vivos: o lugar do medo original da morte que faz com que os homens desejem algo além de seus interesses pessoais”. Conforme estabelecido, ao governante será possível impor medo pelas leis e não pela violência ou pelo convencimento das milícias. E, nutrirá o amor dos súditos com a liberdade que o povo tem em relação às potências exteriores. Tais procedências darão autoridade ao governante de permanecer no auge de seu poder, sem para tanto, transformar-se em um ditador.

Fundamentando-se nos preceitos determinados para o líder, verificam-se diferenças nas formas de dominação, isto é, diferenças entre a necessidade de comandar e o desejo de ordenar. No primeiro caso, percebe-se a necessidade da disciplina enquanto atividade coercitiva não só direcionada ao governante, como também a todo o corpo de assessores e a grande parte da população. No segundo, quando existe o desejo de ordenar, há a necessidade de tornar a representação do líder em uma espécie de “deus” capaz de realizações extraordinárias a favor do seu povo.

Para melhor entender as diferenças entre os casos citados, toma-se à tese de Weber sobre as formas de dominação como abordagem principal e norteadora do texto. Neste sentido, é necessário apontar que Weber se diferencia de outros pensadores que tratam de dominação e poder. A partir de uma análise em que a dominação se dá pelas relações institucionais e pessoais não coercitivas, o autor introduz as diferenças fundamentais entre dominação e poder.

1.2. “Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas”

Max Weber (1864 - 1920), tornou-se grandioso por realizar uma reestruturação da sociologia, na qual interpreta a importância da mentalidade religiosa na economia e na política. Propunha o nascimento do capitalismo como a exploração do homem pelo homem.

Ele também ficou conhecido por outros conceitos que criou, como a burocratização da sociedade, em que propõe a crescente burocratização da vida humana, o monopólio da força pelo Estado e diversas formas de dominação e poder.

Ao tratar de dominação e poder na obra *Economia e Sociedade* (1921), Weber busca não somente interpretar e relatar as formas de dominação e poder, como também fornecer ao leitor maneiras de identificar as suas diferentes formas, revelando a fina camada que as separa.

(...) O poder é, segundo ele, (Weber) ‘a oportunidade de fazer triunfar no seio de uma relação social a sua própria vontade, mesmo contra a resistência’. A dominação designa, em contrapartida a oportunidade de encontrar pessoas determináveis dispostas a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado (BAUDOUIN, 2000, p. 60).

Para Weber, a situação de dominação está diretamente ligada às relações pessoais e institucionais cotidianas, isto é, constitui-se na obediência por livre arbítrio, enfim, situações que não são impostas pelo medo, ou seja, por fatores não repressores. Por outro lado, o poder se impõe por meios coercitivos, nos quais distorcem a real relação de dominação que deveria existir. Neste sentido a dominação é exercida junto à população por fatores não impositivos, em que o medo não tem espaço de atuação, os seguidores demonstraram-se a favor do líder por livre arbítrio.

A partir da divisão de poder e dominação e a fim de sintetizar a legitimidade, percebe-se que Weber, relacionando a dominação às diversas relações institucionais e pessoais, inicia uma maneira diferenciada da análise de poder. Visto isso, Weber dá ênfase a três tipos puros de dominação: a de caráter racional, isto é, a *dominação legal* baseada na ordem instituída pela hierarquia de mando; a de caráter tradicional ou *dominação tradicional*, fundamentada na cultura e na crença do cotidiano, na qual reprova qualquer tipo de modificação da pirâmide de poder; e a *dominação carismática*, que tem na personalidade carismática e popular do governante sua forma de manter o domínio.

O tipo puro da *dominação legal* é a dominação burocrática, na qual se fundamenta sob a norma. Em outras palavras, apóia-se no direito racional de uma dominação contínua e delimitada por um conjunto de regras, para uma determinada competência. Cohn (2003, p. 128) propõe que a idéia sustentadora da *dominação legal* baseia-se na assertiva de que “qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente

quanto à forma”. Nesse sentido, a dominação é instituída e refere-se ao cargo em que a lei impõe ao indivíduo, limitando o poder em relação às atribuições conferidas.

Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à “lei” ou “regulamento” de uma norma formalmente abstrata (COHN, 2003, p.129).

A partir do preceito que a *dominação legal* só pode ser realizada de forma estatuída, percebe-se igualmente a proposta de Weber na obra *Economia e Sociedade* (1921), que para impor a dominação sobre um grupo é necessária organização contínua. Verifica-se ainda, que a disciplina torna-se um ingrediente fundamental na *dominação legal*, pois a partir da imposição que o Estado pode realizar, há uma obediência sem crítica nem resistência. Infere-se diante essa análise, que a dominação burocrática (*dominação legal*) desempenhará melhor papel nos Estados modernos que a dominação tradicional e carismática.

Ao analisar a *dominação tradicional*¹, entende-se que esta sucede por meio de crenças já existentes, mantidas pela cultura, tradição e costumes. Sua forma mais pura é a dominação patriarcal, ou seja, do pai para o filho ou do soberano para o povo. Percebe-se que na dominação tradicional há um ser que ordena e os demais que obedecem por fidelidade.

O tipo daquele que ordena é o “senhor”, e os que obedecem são “súditos”, enquanto o quadro administrativo é formado de “servidores”. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição (COHN, 2003, p.131).

Ao entender que o *senhor* é obedecido pelos súditos por meio da força tradicional, concebe-se que essa mesma tradição transforma-se em uma lei não escrita, na qual dará limites ao mandatário e imporá restrições a sua dominação. Todavia, o que não for expresso pela tradição de forma categórica será sempre objeto de manipulação do soberano. Nesse sentido e de forma objetiva, o poder “legítimo” da dominação patriarcal deve ser dividido em duas partes: uma limitada pela força do hábito de um determinado povo e a outra parte restrita apenas pelo desejo e competência do *senhor*.

¹ A *dominação tradicional* é pouco interessante para a análise que será feita no caso de Hugo Chávez. Entende-se que a tradição deve ser vivida no contexto de dominação para ser considerada. Portanto, não se pretende prolongar a explicação desta.

Na *dominação tradicional* a disciplina se dá na própria relação de dominação realizada pela força da tradição e pela fidelidade que tem o servo com seu soberano, apoiada na formação educativa das gerações futuras. A disciplina é favorecida pela não existência de uma lei escrita, podendo ser manipulada pelo soberano caso não vá ao encontro com da tradição, conforme visto.

Em seqüência aos tipos puros de dominação estabelecidos por Weber, a *dominação carismática* está intimamente ligada ao pensamento maquiavélico de tomada do poder, pois exhibe como característica própria à devoção voltada ao líder com poderes super humanos, o que torna todos necessitados de sua orientação.

Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal (COHN, 2003, p.135).

Faz-se importante ressaltar que a autoridade da *dominação carismática* não deriva apenas do reconhecimento dos servos. A capacidade do *senhor carismático* de verificar que está sendo exaltado e utilizar-se desse momento atribuindo feitos extraordinários para si é igualmente importante nesse contexto de dominação. Para Cohn (2003, p.136), “o senhor carismático tem de se fazer acreditar como senhor pela graça de Deus, por meio de milagres, êxitos e prosperidade do séquito e dos súditos”.

Na *dominação carismática* há uma carência de regras e normas, seja de forma escrita ou não. Tal fato abre espaço para a criação de normas momentâneas ou decisões particulares, desarticulando toda a tradição ou estatuto que anteriormente era vigente. O julgamento do certo e do errado deixa de ser automático, coerente com as regras e tradições, passando a ser decidido pelo desejo do *senhor* carismático. Percebe-se, então, a dicotomia entre carisma e disciplina.

Este carisma se opõe a disciplina, por seu caráter de poder mágico, como atributo único e transitório de um indivíduo – isto é, em oposição a uma comunidade ou a uma associação – com seus variados ingredientes desestabilizadores e impositivos não institucionalizados nem rotinizáveis, assim como em virtude de seus componentes de impedimento da institucionalização e do exercício do arbítrio, o que

sempre envolve uma medida de violência política e até física (DREIFUSS, 1993, p. 57).

Por mais paradoxal que pareça, a dicotomia entre o carisma e disciplina os torna complementares: um é fundamental para a tomada de poder e o outro crucial para a sua manutenção. A *dominação carismática* apresenta-se como uma das mudanças no sistema vigente imposta pelo líder bem aceito pela população, logo em seguida cria-se uma nova rotina disciplinada e burocrática, na qual permite a manutenção de tais mudanças impostas pelo *senhor* carismático.

1.3.A manutenção do poder: Carismática X Disciplina

Levando em conta os conceitos anteriormente expostos, verifica-se que o líder, preocupado com seu povo, deve impor uma forma de organização, na qual as instituições e a liberdade individual sejam substituídas pela necessidade contínua de um orientador, que esteja presente e preencha as necessidades das massas. Todavia, com o desgaste natural que o tempo impõe, entende-se que o *senhor* carismático deverá realizar um processo inverso ao que ele propôs quando tomava o poder, ou seja, o líder deverá propor sua disciplina ao povo com o intuito de legitimar sua permanência no poder.

O príncipe maquiavélico que deseja orientar uma reestruturação da ordem deve utilizar-se dos preceitos weberianos de *dominação carismática* e disciplina. De maneira mais explicativa, o primeiro passo do príncipe deve ser a realização de uma campanha em busca da “conquista de corações” e mentes dos populares, a fim de se tornar um orientador que todos almejam. A curto prazo isso poderá representar um problema para ele, pois quando os atuais detentores do poder notarem que uma nova liderança, estranha ao sistema, tenta modificar o pensamento das massas, tomarão atitudes no sentido de punir aquele que propõe mudanças na ordem. Para ser bem sucedido o líder deverá contar com o que Maquiavel chama de *astúcia afortunada*.

A idéia de Maquiavel de que a política é feita a longo prazo pelo povo e a curto prazo por poucos é fundamental para entender a importância que essa comparação revela ao líder carismático sobre a necessidade de realizar rapidamente uma reestruturação do Estado. Por sua vez, deve-se procurar criar mecanismos legítimos que fundamentem a dominação desse líder carismático, mesmo quando o carisma se extinguir. Somente desta maneira o líder poderá manter-se no poder de forma legítima.

Entretanto, por mais carismático que seja ao realizar as reformas, o líder deve compreender que cometerá um grande erro caso se apóie inteiramente na necessidade dos populares, pois há características da ordem vigente que vêm antes do próprio Estado constituído. Nesse caso, o líder que deseja substituir sua *dominação carismática* pela *dominação burocrática* deve se preocupar em reforçar o valor das instituições, levando em consideração a condição histórica para instaurar uma nova ordem.

Acredita-se que após examinar os pensamentos de Maquiavel e Weber torna-se necessário situar o leitor quanto aos acontecimentos histórico-políticos da Venezuela. Pode-se ainda estabelecer uma análise da importância das teses dos autores para a ascensão de Hugo Chávez ao poder. Assim, na segunda parte desta monografia, busca-se narrar os principais fatos, que deram suporte a Chávez até a tomada de poder.

2. A VENEZUELA DE CHÁVEZ

A Venezuela é considerada uma grande economia da América Latina, destacando-se por sua ampla capacidade produtora de petróleo. No entanto, nota-se nesse país um fenômeno que pode ser igualmente identificado em grande parte da América latina: a riqueza concentrada nas mãos de uma pequena elite, enquanto a maior parte da população vive com salários irrisórios. Tal problema conduziu a Venezuela a várias crises institucionais e foi na tentativa frustrada de golpe em 1992, que Hugo Chávez Frias adquire espaço no contexto histórico e político, revelando-se como “herói do povo” por sua liderança. Após a derrota na tentativa de golpe, Chávez passa dois anos em cárcere privado e quatro anos realizando uma profunda reflexão política, a fim de sanar suas dúvidas sobre uma possível participação no processo eleitoral da Venezuela. Nas eleições de 1998, Chávez retorna ao cenário político venezuelano, porém dessa vez consagra-se como vencedor ao assumir o palácio de Miraflores.

Tendo como base a vida do líder Hugo Chávez, pretende-se dispor a análise histórica do Estado Venezuelano iniciando com o declínio das instituições desse país em 1989, perpassando pela derrocada dos seguidores de Chávez em 1992 e a vitória em 1998.

2.1. A deterioração das instituições venezuelanas

Devido à desvalorização do petróleo no cenário internacional e aos vários anos de corrupção, as instituições venezuelanas foram perdendo sua credibilidade junto à população. Uma das conseqüências de relevância para o país foi o empobrecimento do seu povo, causando grande descontentamento deste em relação às políticas governamentais. O fato marcante no declínio das instituições venezuelanas foi a manifestação conhecida por Caracazo, ocorrida na época. Esta, por sua vez, foi a principal expressão popular contra um sistema corrupto instaurada na época, com a finalidade de avaliar as tradições criadas pelos governantes da Venezuela. Em busca de um melhor detalhamento do caso, pretende-se iniciar a análise a partir da redemocratização desse país, que ocorre no momento em que as ditaduras proliferam em quase todos os países da América Latina.

Durante dez anos a Venezuela viveu uma ditadura militar que só teve fim em outubro de 1958, com o chamado Pacto de *Punto Fijo*. Este fato consistiu em um acordo realizado pela *Acción Democrática* (AD), COPEI (Partido Social Cristão da Venezuela) e *Unión Republicana Democrática* (URD) no sentido de promover uma estabilidade política em

que a democracia deveria ser respeitada pelos partidos, conforme cita Azeredo (2003, p. 109): “as vinte e cinco constituições editadas até aquela data representavam o espelho da instabilidade institucional reinante”.

O sucesso do pacto foi inegável dado ao fato da redemocratização venezuelana, todavia, tornava os partidos mais semelhantes e voltados ao interesse de uma pequena classe. Em 1968, um novo acordo consolidou o poder dos principais partidos e de forma objetiva, engessou de uma vez por todas as diferenças partidárias.

O pacto de ponto fixo se desdobraria num novo acordo, em 1968, segundo o qual a AD e a COPEI repartiriam as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como as presidências das diversas comissões legislativas, de acordo com os resultados obtidos nas urnas. O acerto se estenderia a outros postos decisivos da direção do Estado, como a seleção de membros para a Corte Suprema de Justiça e a indicação do procurador-geral da República (MARINGONI², 2004, p. 103).

Outro ponto fundamental para a construção de uma ordem democrática na Venezuela foi a reestruturação das forças armadas, no sentido de se tornarem o “protetores da democracia”. No entanto, houve uma preocupação constante em delimitar a amplitude dos militares na nova ordem, como analisa Azeredo (2003, p.110): “o poder civil criou uma série de condicionantes para a inserção dos militares como força não deliberante no quadro político geral”. Com uma série de medidas, o parlamento limitava e tornava os militares dependentes do processo democrático, especialmente aqueles que buscavam a ascensão na patente.

A economia também auxiliou na consolidação da democracia, principalmente a partir de 1973 com a crise do petróleo. Esse fato proporcionou à Venezuela um status diferenciado, tendo em vista que seu maior produto de exportação obteve aumentos sucessivos e provocou, em parte da população, o pensamento de que o país poderia superar qualquer problema. Na política, evidenciou-se uma ganância exacerbada.

O auge da Bonança petroleira durou dez anos. Começou em 1973 quando os países da OPEP pressionaram os preços, que praticamente quadruplicaram ao longo desse ano e novamente triplicaram até o final da década (...). No Caso venezuelano, em

² O autor e jornalista Maringoni revela maior sensibilidade ao discutir o acordo de 1968 entre os partidos, por demonstrar apreço à esquerda venezuelana e dessa maneira, descrever o pensamento da população com tamanha seguridade. Faz-se necessário informar o viés político de algumas fontes utilizadas, na medida em que isso poderá intervir claramente no posicionamento sobre o assunto em discussão. Portanto, não se pretende destacar determinada posição política em detrimento a outra, mas esclarecer uma possível influência destas posições no discurso e na forma de expressão dos autores.

especial, havia a sensação de que ninguém precisava pagar impostos para fazer o país funcionar. O fluxo de petrodólares foi até mesmo maior do que a capacidade da economia de absorver capital. A corrupção era endêmica... (MARINGONI, 2004, p. 104).

O conjunto dos fatores citados acima consolidou não somente a democracia na Venezuela, mas a permissividade da população em relação ao sistema corrupto que se apresentava. O fato demonstrava as bases insólitas em que a democracia estava fundamentada, a fragilidade do sistema nada podia fazer perante os níveis de corrupção de todos os setores das instituições Venezuelanas.

Estimava-se ainda que o preço do petróleo no cenário internacional voltasse a um valor razoável e que o crescimento econômico desse lugar a uma possível recessão. Esse evento ocorreu em 28 de fevereiro de 1983, quando motivado pelas crises do México e Brasil, o presidente venezuelano Luis Herrera Campins é obrigado a decidir sobre medidas impopulares, dentre elas: a desvalorização da moeda nacional e aumento de juros.

A fim de diminuir as tensões criadas pela recessão econômica, em 1985 o presidente Jaime Lusinshi ordena a criação da Comissão para Reforma do Estado, que deveria analisar uma mudança política gerando maior transparência em todo processo eleitoral. As medidas que deveriam estabilizar e reerguer a economia da Venezuela, iniciaram o declínio do *Pacto de Punto Fijo*, pois a partir dessas reformas as cúpulas da COPEI e da AD perderam espaço para novos partidos. No entanto somente em 1998, com a eleição de Hugo Chávez, consolida-se a reforma política.

A reforma de pouco adiantou. Com o fim da *Venezuela petroleira* entrava em parafuso também o pacto político que a sustentou. No entanto, o desenlace dessa crise ainda levaria uma década e meia para se manifestar plenamente (MARINGONI, 2004, p. 107).

A crise econômica iniciada em 1983 teve seu auge em 1989. Logo após a eleição para um segundo mandato, Carlos Andrés Pérez adota um pacote de medidas neoliberais seguindo as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos da América. O governo de Washington e o FMI exigiam a desvalorização da moeda nacional, a redução de gastos públicos, o congelamento de salários e o reajuste imediato da gasolina, o que na prática significava o reajuste de todo o transporte público. Em contrapartida,

realizariam um empréstimo de 4,5 milhões. Azeredo (2003, p. 109) retrata a situação afirmando: “Revogou-se o tabelamento da maior parte dos artigos, inclusive com substancial aumento nos preços da gasolina e das passagens de transporte urbano e a supressão de subsídios para gêneros alimentícios”.

O pacote econômico não obteve uma boa recepção da população, por ser oneroso em demasia. Após entrar em vigor o reajuste de 100% no valor da gasolina, estudantes deram início a protestos nos arredores de Caracas, que rapidamente alcançaram a capital. Mais adiante, professores e trabalhadores uniram-se ao movimento evidenciando a insatisfação popular com as medidas econômicas adotadas pelo governo. A situação caótica foi generalizada no centro de Caracas. Roubos a lojas e supermercados tornam-se comuns, jovens do subúrbio invadiam e saqueavam condomínios de luxo e a guarda nacional nada fazia para deter as massas.

Caminhões com cargas alimentícias começaram a ser saqueados e o comércio em volta fechou as portas. A polícia metropolitana acompanhava tudo a distância, quando o primeiro ônibus foi incendiado. Aí tiveram início os disparos, até que um estudante foi atingido por uma bala perdida. Com saques se disseminando por outras regiões, no início da noite, o cenário era o caos (MARINGONI, 2004, p. 111).

Perante a espontânea e violenta revolta popular, que se espalhou em pouco tempo por todo o país, as diversas esferas do poder público não anunciaram medidas de contenção. Após horas de perturbação pública e diversas reuniões no palácio de Miraflores, o presidente Carlos Perez decretou estado de emergência, com toque de recolher e a suspensão das garantias constitucionais. O jornalista Uchoa (2003, p. 152) explica que “a ordem era de atirar ao menor sinal estranho. As garantias individuais foram suprimidas, o que abria espaço para as prisões sem mandato e invasão de domicílios”.

No decorrer do Caracazo, o Estado Venezuelano utilizou todo o poder de coerção possível, no intuito de esclarecer para as massas que o governo era forte e preocupado com o povo trataria com vigor aquela situação. Contudo, a mensagem compreendida foi justamente oposta, o povo percebeu que o Estado nada faria pelos mais pobres e que trataria com violência a resistência das ordens governamentais. O evento apenas demonstrou um problema que se arrastava desde o ano de 1983: a elite dominante não conseguia mais entender e interagir com a maior parte da população.

Após o Caracazo, o modelo democrático da Venezuela entrou em colapso. A perda de legitimidade era visível em toda a esfera pública, as instituições perderam a pouca credibilidade que ainda tinham perante os cidadãos e os sindicatos eram um problema para o Estado semifalido. No entanto o presidente Perez manteve e aprofundou as reformas, levando a Venezuela a um rápido empobrecimento.

Quebrou-se, em fevereiro de 1989, a imagem que os venezuelanos tinham de si mesmos e que era compartilhada por vários observadores internacionais. Segundo ela, o país seria um modelo de democracia e tolerância no continente, com suas eleições regulares suas instituições, seus direitos civis, seus partidos com sólidas bases sociais, etc. Rompeu-se um padrão de convivência construído ao longo de todo o século (MARINGONI, 2004, p. 114).

O Caracazo demonstrou que a Venezuela precisava recriar suas instituições, restabelecendo sua credibilidade, se bem que o mais evidente foi à falta de organização dos grupos favoráveis e contrários ao governo de se beneficiar com a situação. Em contraponto aos fatos, a esquerda revolucionária ganha força e adeptos entre os poucos que ainda acreditavam no regime. Uchoa (2003, p. 157), com uma interpretação direitista, confere que “Se nenhum grupo organizado soube tirar proveito do Caracazo o movimento serviu para reacender os ânimos revolucionais. Os contatos foram reativados pensando-se agora em 1992, data em que Chávez e os principais líderes de sua rebelião exerceriam o comando da tropa”.

2.2. 1992: A criação do Chavismo - Um herói nacional

O debate para a tomada do poder, que iniciou logo após o caracazo, leva a um acordado entre os líderes da esquerda revolucionária, o golpe deveria acontecer entre o último bimestre de 1991 e o primeiro semestre de 1992. A legitimidade das instituições era mínima junto a maior parte da população, evidenciava-se pelo fato de que se falava abertamente em um golpe militar e em um possível governo de emergência. Os sindicatos já iniciavam protestos e assembléias de greves contra a política do governo de Perez. Até mesmo a ala mais tradicional da Igreja Católica alertava o perigo de uma nova rebelião, como se deu no Caracazo.

Nesse contexto hostil, uma nova revolta era eminente. No entanto desta vez, as lideranças opositoras ao governo estavam preparadas para o golpe, devido à experiência

adquirida com os acontecimentos do Caracazo. Ademais, vários pensadores, personalidades políticas e militares, descontentes com a situação da Venezuela, buscavam aliança. Mais do que retirar Carlos Perez do poder existia o interesse de defender o povo venezuelano da intervenção econômica impostas pelos Estados Unidos e FMI.

Contudo, os setores que desejavam as mudanças não concordavam em vários pontos. Os militares acreditavam que a falta de disciplina do setor civil poderia atrapalhar o golpe, bem como os civis tinham medo de uma ditadura militar. Diante os fatos, faz-se clara a divergência entre as lideranças civis, Douglas Bravo, e militares, o jovem e promissor Tenente coronel Hugo Chávez.

Enquanto Bravo favorecia uma ação civil, com a greve geral de janeiro de 1958, a que se sucederia a intervenção militar, Chávez não queria a participação de civis como força efetiva no quadro do movimento. Ainda a esse propósito, em reunião com guerrilheiros, após esboçar a sua linha de ação para o golpe, perguntado acerca da participação civil, Chávez teria dito que os civis iriam estorvar, e que os chamaria quando tomasse o poder (AZEREDO, 2003, p. 130).

Hugo Chávez ganhou destaque entre golpistas, civis e militares, durante a articulação do golpe. Ademais, no ano de 1986, por seu poder de liderança e ousadia, após realizar uma manobra imprudente com uma coluna de tanques, Chávez chamou a atenção da Direção de Inteligência Militar (DIM), na qual resolveu puni-lo com sua transferência para uma cidade distante, quase na fronteira com a Colômbia, por dois anos. A partir do seu retorno a capital do país, Caracas, foi designado para servir no palácio de Miraflores, como assessor do Conselho de Segurança.

A posição privilegiada ocupada no palácio de Miraflores deu-lhe poder de optar pela exclusão dos civis do golpe. Decidido a tomar o poder, Hugo Chávez tornou-se articulador da revolução, instruindo todos os setores militares que participariam do golpe. Uchoa (2003, p. 160) relata que “Chávez se movimentava de um quartel a outro confirmando a data (do golpe) a seus companheiros”.

O plano dos golpistas consistia em capturar o presidente da Venezuela, que retornava de uma viagem internacional, neutralizar a alta cúpula militar e tomar as cinco cidades mais importantes do país. Chávez controlaria toda a movimentação das tropas do Museu Histórico Nacional, próximo ao palácio de Miraflores. Caso tudo acontecesse conforme o planejado, os revolucionários alcançariam o poder. Porém, nada saiu como

planejado. Não se tem certeza se o movimento foi delatado ou se os militares revolucionários não estavam prontos, o fato é que o Ministro da Defesa foi informado que parte das tropas deslocavam-se para Caracas e ordenou que os militares fieis ao governo reforçasse a guarda presidencial não permitindo a captura de Perez. A primeira parte do golpe havia falhado.

O Ministro da Defesa, general Ochoa Antich, sabia da trama desde o meio dia e, embora não conhecesse as suas proporções, ordenou imediatamente que um efetivo da Guarda Nacional, da Marinha e da Infantaria cercasse o aeroporto (UCHOA, 2003, p. 162).

O presidente consegue chegar ao palácio de Miraflores e a partir daí inicia uma campanha de informação à população sobre militares golpistas, que tentavam tomar o poder a força. Acusava o grupo de querer implementar uma ditadura militar. A alta cúpula militar foi radical. Para Maringoni (2004, p. 142) “O conselho de ministros foi mais longe e emitiu um comunicado duro e direto: produziu-se uma intentona golpista com o propósito de quebrar o Estado de direito e subverter a ordem constitucional da República”.

Após intensa campanha do governo pelos meios de comunicação e guerras isoladas por tomada de posições estratégicas, o presidente ordenava o início de uma repressão pautada na força do Estado. Sem o controle dos canais de comunicação e sem o apoio da sociedade civil os revolucionários não resistiram muito tempo. Chávez entregou as armas e apresentou sua rendição.

Na manhã de 4 de fevereiro, o presidente Carlos Andrés Perez foi à televisão anunciar a uma nação estarecida a bem sucedida repressão a um golpe de Estado originado em Maracay. Isolado e assistido as palavras de Perez, Chávez resolveu se render. Sabia que aquela altura, o movimento carecia de coluna vertebral e orientação (UCHOA, 2003, p. 164).

No entanto os golpistas tinham o plano de informar a sociedade os reais motivos do golpe. Com o pretexto de evitar que o confronto se prolongasse de forma mais violenta, Chávez pediu permissão ao alto escalão do governo para transmitir uma mensagem de rendição que deveria ser transmitida por todos os meios de comunicação disponíveis ao Estado. De forma improvisada, no entanto com firmeza, disse ao povo venezuelano:

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de pára-quedistas de Áragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: Lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. O comandante Chávez lhes lança esta oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solitária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito Obrigado! (CHÁVEZ, 1992, apud MANRINGONI, 2003, p. 144).

O discurso concede notória popularidade perante as massas ao até então desconhecido Hugo Chávez. Infere-se que a expressão “por enquanto”, na qual simboliza a esperança da vitória, bem como o fato de assumir toda a culpa pelo golpe, conduz Chávez ao *status* de novo “herói nacional”. Ou seja, aquele que luta contra o governo e instituições corruptas e a favor de uma justiça social. Meses depois do discurso, sabe-se que mais de 60% da população considerava Chávez uma liderança confiável. O Chavismo, movimento de apoio a Chávez, ganhava força nas ruas de Caracas e de todo o país.

Disseminou-se com isso a expressão fenômeno Chávez, para expressar o crescente apoio que o tenente coronel preso angariava entre a população. Sua popularidade beirou a verdadeira idolatria, quando sua imagem passou a ser veiculada em folhetos e cartazes ao lado de Che Guevara. Mas o tenente-coronel permanecia afastado disso tudo, na cadeia. (MARINGONI, 2004, p. 142).

A pena de Hugo Chávez consistia em um longo tempo de reclusão, contudo, por sua grande popularidade, passou apenas dois anos na cadeia. Mesmo preso, recebeu várias regalias, que o ajudaram a articular uma nova aliança política para as eleições de 1998. Ademais, é importante ressaltar que o chavismo levava consigo reivindicações antigas, tais como: a melhoria de condição de vida da população, a relação entre o setor civil e militar e, principalmente, um novo debate sobre o *Pacto de Punto Fijo* e da constituição de 1961.

2.3. A eleição de 1998: a tomada do poder

Após receber o indulto presidencial de Rafael Caldera, Chávez inicia uma campanha com o objetivo de denunciar o sistema demasiadamente corrupto e pouco receptivo às novas lideranças. Como solução, o líder da revolução de 1992 acreditava que seria essencial realizar duas importantes reformas. Primeiro, seria necessário dissolver o Congresso e em seguida convocar Assembléia Constituinte, a fim de reformar a constituição. Para isso, segundo MARINGONI (2004), Chávez acreditava que a melhor forma de tomar o poder e defender os interesses da nação seria por meio de um golpe militar.

Em 1996, quase dois terços da população adotam as idéias de Chávez e desacreditam no sistema, bem como nos partidos políticos. Protestos sociais são realizados por todo o país. Aqueles que Chávez estava presente eram destaques na imprensa local e internacional. A candidatura a presidente da Venezuela era algo natural e foi sendo assumida por Chávez na medida em que verificava a possibilidade de tornar sua campanha em um propulsor de mudanças.

Aos poucos, no entanto a sua posição iria mudando. Terá verificado da conveniência de personalizar a campanha. Sem garantir a alavanca do poder presidencial, restariam exíguas possibilidades de implementação da parte temática. O acesso ao Palácio Miraflores seria a premissa indispensável para que as duas metas prefixadas pudessem ser realizadas posteriormente (AZEREDO, 2003, p. 131).

A plataforma eleitoral de Chávez fundamentou-se sobre a necessidade de modificação do sistema. Com o lema “*Por ahora, por ninguno*”, Chávez estabelecia sua intenção de concorrer à presidência e implementar reformas. Acreditava impor a divisão entre dois pólos sendo: um patriótico visando o desenvolvimento do país e pautado pelo movimento revolucionário bolivariano e o outro voltado à destruição nacional, este regido pelos antigos partidos. A AD e a COPEI demonstravam sua impopularidade não conseguindo articular uma candidatura forte.

O quadro eleitoral da Venezuela, agora totalmente fraturado, demonstrava a que ponto chega o descrédito dos partidos políticos. De organizações com papel e

posição bem definidas, os partidos passaram a agremiações gravitando em torno de determinados candidatos (UCHOA, 2003, p. 174).

Defendendo que a democracia da Venezuela não passava de uma falácia e que reformas deveriam ser implementadas, Chávez se firma como candidato de toda a Esquerda. Os partidos de esquerda, outrora fragmentados, agora tinham como objetivo comum à candidatura de Chávez, embora ficasse nítida que a eleição presidencial era a única coisa que os unia. Existiam claras divergências partidárias, antigos líderes da esquerda venezuelana como Aristóbulo Istúriz e Teodoro Petkoff rompiam com seus correligionários por acreditarem que a união era infundada e que nada estava sendo proposto. O fato é que o próprio partido político de Chávez, MVR, não possuía um programa de ação política definido, o que reforçava a crítica.

Como todo movimento construído em torno da personalidade de um líder carismático, o MVR padeceria de um certo vácuo ideológico. Como se assinalou, salvou o nacionalismo, a rejeição do *status quo* e a prometida mudança, o MVR não semblava delinear com nitidez a direção de seus objetivos (AZEREDO, 2003, p. 133).

Nos últimos meses de campanha eleitoral, a esquerda partidária de Chávez minimizava os problemas internos e reforçava o desejo de mudanças. O temor por uma possível vitória de Hugo Chávez era constante no âmbito empresarial e financeiro, este afetado diretamente pela possibilidade de restrições de investimento privado e uma possível renegociação da dívida. No intuito de derrotá-lo, os velhos partidos chegam a apoiar candidatos independentes, nos quais aparentemente poderiam obter alguma vantagem. Porém as tentativas mostravam-se inúteis, pois a vantagem de Chávez já se consolidava.

A medida que as eleições se aproximavam, ficava clara a tremenda vantagem de Chávez e de seu discurso renovador sobre os candidatos dos partidos tradicionais. Tendo aparecido na cena pública apenas seis anos antes, o tenente-coronel era quase um *outsider* na política eleitoral, que surfava sobre as ruínas de um modelo partidário esgotado (MARINGONI, 2004, p. 164).

As eleições ocorreram em meio a um processo eleitoral confuso, pautado pela falta de proposta de ambos os lados, com a comprovação de que os grandes partidos, AD e COPEI, já não representavam a maioria da população e seria impossível a esquerda comandar o país unilateralmente, devido a composição legislativa do congresso venezuelano. Neste contexto, Chávez vence as eleições, não de forma surpreendente, mas baseado em “uma formidável e espontânea onda de descontentamento e rebelião”, segundo Maringoni (2004, p. 165).

Faz-se importante ressaltar que Chávez ganha as eleições, mas não o poder de realizar todas as mudanças que desejava. As eleições legislativas, que foram antecipadas para novembro, apresentavam um congresso fragmentado tendo a *Acción Democrática* (AD) como o principal partido. Assim, a vitória de Chávez só representava um pequeno êxito no processo de tomada do poder, fato que só ocorreria após a reformulação da ordem vigente. Azeredo (2003, p. 134) analisa que o “triunfo de Chávez significava, porém, não o fim da campanha, mas simplesmente um marco atingido dentro do que se anunciava extenso processo de caráter institucional”.

Entende-se que o fato de Chávez se tornar presidente regido pelo antigo sistema não lhe dá o poder legítimo para comandar o Estado. Desta forma, infere-se a necessidade de analisar a reformulação das instituições venezuelanas assim como a importância da dominação carismática que Chávez exercia junto a população para impor o um novo poder legítimo legal.

2.4. Uma nova burocracia

O governo Chávez iniciava com um problema a ser sanado: como realizar uma constituinte com o congresso composto, em sua maioria, pela oposição. Percebeu-se que não poderia confiar no congresso, para reformular a Carta Magna. Neste contexto, Chávez inicia o processo de convocação para uma assembléia constituinte, sofrendo grande oposição dos congressistas da época. No entanto valendo-se da necessidade de consultar o povo para ratificar as instituições vigentes Chávez convence a Corte Suprema em realizar a constituinte.

Uma vez eleita e instalada, a Assembléia deve assumir todos os poderes. Podendo destituir o presidente, dissolver o Congresso Nacional, a Corte Suprema de Justiça, os tribunais, os governadores, as Assembléias Legislativas. A Constituinte terá poder soberano para dissolver ou ratificar tudo o que seja poder estabelecido. E

assim, como ao final do processo eu terei de relegitimar o meu próprio mandato que começará em dezembro, o mesmo ocorrerá com o Congresso Nacional, a Corte Suprema, os Três poderes (CHÁVEZ, 1998, apud UCHOA, 2003, p. 178).

Após consulta popular, e aprovada com larga diferença, promove-se o desejo das massas de realizar a constituinte. Assim, com plenos poderes para formular o processo de escolha dos representantes e com o imenso apoio popular, os partidos ligados a Chávez obtém 119 das 131 cadeiras disponíveis. A falta de articulação política antes e durante dos partidos opositores também ajudou o governo nessa realização.

A nova Constituição caracterizava-se pelo vigoroso poder concedido ao presidente da República, pela criação dos cargos de vice-presidente e defensor do povo, pela extinção do Senado, pela possibilidade de o Congresso ser unicameral, bem como pela definição de que a principal estatal petrolífera não poderia ser privatizada. A reforma trabalhista e agrária indígena pela primeira vez foi idealizada. Além disso, foi criado o Conselho Moral Republicano, com a função de defender o povo e combater a corrupção.

A constituição da República Bolivariana da Venezuela tem 350 artigos. Dentre as suas principais características, a extensão do mandato presidencial a seis anos, com possibilidade de reeleição. O Presidente tem poder de dissolver a Assembléia unicameral (exceto no último ano de mandato) se o Vice Presidente Executivo for removido três vezes por monções de censura da Assembléia. Além da Carta de 1961, pode ser delegada ao presidente a faculdade de promulgar decretos em qualquer área substantiva e não apenas a econômica e financeira. Somente o presidente pode decretar um estado de exceção, que deve ser submetido a Assembléia em oito dias (AZEREDO, 2003, p. 136).

A partir da vitória contundente na assembléia constituinte, Chávez se preparou para realmente assumir o poder legítimo legal após a mega-eleição de 2000, que redefiniria as instituições e o quadro político da Venezuela.

Com enorme popularidade e a fim manter a governabilidade, Chávez absteve-se da posição confrontacionista, que o caracterizou durante sua campanha de 1998. A estratégia tinha motivação nas cadeiras assumidas pelos partidos que apoiavam Hugo Chávez, igualmente conhecidos como pólo patriótico, conforme explicita Azeredo (2003, p. 137) “em uma Câmara de 165 cadeiras, o pólo patriótico não dispõe da maioria necessária de dois terços para eventuais emendas a constituição (...)”.

Diante esse contexto favorável a Chávez, a reforma político venezuelana é realizada e a consolidação do poder em torno de seu líder é reconhecida. No entanto, a inclusão dos diferentes camadas militares no processo, permanecia como preocupação para o Príncipe Bolivariano. Objetivando realizar tal inserção, o governo inicia o Chamado “Plano Bolívar 2000”, no qual tem como característica básica o apoio do exército em projetos sociais. A inserção é evidente, ainda que nem todos apoiassem o direcionamento que o presidente dava as Forças Armadas.

Entre as manifestações ostensivas desse estado de animo, cabe mencionar cerimônia militar em junho de 2000, de despedida para oficiais que se reformavam. Nessa ocasião, metade dos convidados não teria comparecido para receber a comenda das mãos do Comandante em Chefe (AZEREDO, 2003, p. 139).

Neste meio tempo, as cotações do petróleo melhoraram, em partes devido a pressão que Chávez realizava junto a OPEP³ para diminuir a oferta do produto no cenário internacional. Não se pode esquecer que a elevação do petróleo ocorre devido principalmente a grande demanda mundial, logo se entende que Chávez também conta com a necessidade de outros países, para melhorar as finanças da Venezuela⁴.

Com o alto preço do petróleo no cenário internacional dota o Estado Venezuelano com ganhos substanciais sobre a exportação do produto. Isso concede o suporte financeiro que Chávez necessita para implementar vários programas de ajuda social, ou seja, a boa fase econômica orientou o governo no sentido de continuar implementando as reformas e consolidar o apoio popular as novas instituições.

Doravante, pretende-se examinar os eventos descritos no segundo capítulo, relacionando-os às teses de Maquiavel e Weber, apresentadas no primeiro capítulo. Desta forma, busca-se comprovar que as ações de Hugo Chávez no sentido de tomar o poder, podem ser analisadas sobre a ótica da obra: *O príncipe* e que Chávez também se utilizou dos conceitos fundamentais das *formas de dominação* para criar uma relação de *dominação* com o intuito de tomar e permanecer no poder.

³ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

⁴ A questão econômica e militar não são analisadas de forma extensiva, por acreditar-se que estas somente reforçam a consolidação do poder por Chávez.

3. CHÁVEZ NO PODER: RESULTADO E DISCUSSÃO

A grande *virtú* de Hugo Chávez não foi suficiente para concretizar o golpe que imaginava realizar em 1992. Faltou-lhe evitar os vícios que podem fazer a fortuna o surpreenda. Chávez não percebeu a importância de entender e interpretar as necessidades de um governo civil e pode-se inferir que não compreendeu a astúcia afortunada proposta por Maquiavel em *O príncipe* (1513).

Por outro lado, a derrota em 1992 foi superada pela grande *virtú* do príncipe Bolivariano, projetando-se como o homem que tentava salvar o país. Agindo de forma pragmática, porém confrontando o sistema decadente, fez-se transparecer como o “virtual salvador da pátria”, no qual deveria reformular as bases institucionais da nação para defender a Venezuela. No entanto, entende-se que o intuito real e oculto era se manter no poder.

3.1. O príncipe Bolivariano

Ao comparar Chávez a um príncipe, não se pretende dizer que este implementará uma monarquia na Venezuela, pois se entende que o príncipe não é o monarca, mas aquele que controla o Estado. Desta forma, relacionar Chávez ao príncipe proposto por Maquiavel em sua obra torna-se razoável.

Príncipe é todo aquele que detém o poder executivo, em qualquer dos escalões, quer seja no espaço público ou na área privada. Príncipe é todo aquele que conquistou, de alguma forma autoridade legítima sobre outros seres humanos (NIVALDO, 1991, p. 49).

Tal como Maquiavel realizou em sua obra, aspira-se abster-se de qualquer juízo de valor sobre a forma de manutenção e obtenção do poder, mantendo-se ao que o autor florentino chama de “a verdade efetiva do fato”. Pretende-se assim realizar uma análise das formas que Maquiavel propõe para a obtenção do poder no caso de Hugo Chávez. Com isso não se pretende afirmar que o trabalho está isento ao caso estudado, mas que não se deseja inferir estima as formas de obtenção do poder.

Primeiramente, exclui-se a perversidade dos métodos utilizados por Hugo Chávez. Pode-se dizer que uma tentativa a golpe armado utiliza-se de perversidade, todavia é fundamental lembrar que Chávez abdicou das armadas e assumiu a autoria do golpe com o

intuito de proteger seus aliados. O consentimento dos concidadãos não deve ser excluído ao se analisar Chávez, porém, não seria possível gozar de tal apoio popular caso não utilizasse sua virtú para realizar uma relação de dominação carismática para com o povo.

Quatro meses depois, pesquisas de opinião davam ao até pouco tempo obscuro tenente-coronel encarcerado uma altíssima popularidade: 64,7% da população o considerava uma pessoal confiável para dirigir o país, colocando-se à frente de muitas lideranças conhecidas, como o próprio ex-presidente Rafael Caldera (MARINGONI, 2004, p. 144).

A *virtú* de Chávez apresentou-se não apenas quando estabeleceu a relação de *dominação carismática* com as massas. Na verdade, a capacidade de Chávez em articular o golpe de 1992 demonstra seu empenho. O fato é que Chávez acreditava que apenas o seu empenho pessoal pudesse promover a ação de tomada do poder.

Por conseguinte, pode-se questionar se não faltou *fortuna* a Chávez quando promovia o golpe. Não se pode imputar o insucesso do golpe de 1992 a *fortuna*, que é o destino já traçado que acontecerá independente da vontade dos homens. O que se verifica é a falta de capacidade analítica de Chávez de identificar o melhor momento de realizar sua campanha de tomada do poder. Sem dúvida, este foi um dos motivos de seu fracasso.

Os próprios príncipes abrem portas para um aspecto importante de toda análise política, quando acusam a “fortuna” de ser responsável por seus insucessos. Nosso autor aproveita a deixa e introduz um conceito sem o qual o de “fortuna” perde toda a força; fala-nos da importância da virtú (BIGNOTTO, 1991, p. 141).

O fato é que Chávez não soube conter a ansiedade, que pode ser reconhecida com um vício a ser evitado pelo príncipe. Assim, o orientador das ações de Chávez no golpe de 1992 não foi tanto sua *virtú*, mas sim sua angústia de tomar o poder. Acreditando na dinâmica do golpe e precipitando-se em relação aos seus apoiadores, Chávez inicia o golpe sem o apoio dos civis, outro erro cometido por sua ansiedade. Azeredo (2003, p.130) analisa que “prevaleceu, por conseguinte, a orientação do chefe quanto à exclusão dos civis da parte operacional do projeto”.

A derrota de 1992 instrui Chávez a se tornar um homem pragmático no exercício de conquista do poder, excluindo a ansiedade como norteadora de ações. Outra importante

lição que Chávez aprende com a derrota de 1992 foi a de não excluir o povo do processo rumo ao poder. No entanto, deve-se deixar claro que o povo somente chancela a acessão de Chávez ao poder e sua conservação, não tendo participação efetiva no exercício do mesmo.

A exclusão do povo na atividade do poder real não determina que Chávez tornasse um ditador, a questão é que devido à deterioração das instituições venezuelanas, houve a necessidade de se reformular o Estado. Contudo, o novo pragmatismo o levou a entender que a reestruturação da Venezuela não se daria de forma rápida e definitiva sem considerar a história e tradição do povo. Conseqüentemente, Chávez começou a considerar sua participação no processo eleitoral⁵, como forma de chegar ao poder e reformular o Estado da Venezuela, porém para tal não poderia estar sujeito a nenhum movimento.

Já em 1996, Chávez começara a mudar de opinião sobre a não participação na vida institucional. Sua popularidade era crescente e ele mantinha agora contatos regulares com La Causa R e com o MAS, (...) Apesar de ousado, o “comandante” sabia também ter cautela. Não queria agregar-se a algum movimento preexistente. Seu desejo era possuir uma força política nova, que não o tornasse refém de uma estrutura que não controlasse (MARINGONI, 2004, p. 162).

A nova situação não dependeria exclusivamente da *virtú* ou da *fortuna*, mas do que Maquiavel trata como *astúcia afortunada*. Chávez entendeu que o processo eleitoral seria uma guerra entre o pensamento de reformular o Estado e a necessidade dos antigos partidos de manter o sistema vigente fadado à falência.

Neste sentido, pode-se dizer que Chávez iniciou sua campanha em 1992. Após verificar a falta de legitimidade do sistema, propôs ser o responsável por um grupo que desejava realizar mudanças na ordem estabelecida, o que o inseriu na política do Estado Venezuelano contra uma política permissiva à ingerência de grupos externos.

Ao irromper na cena política venezuelana, a tentativa de golpe de Chávez e consortes identificava-se, dentro de um viés de esquerda, com as inquietações do povo, sobretudo, no repúdio à corrupção generalizada, na necessidade de mudanças radicais no sistema institucional que não mais correspondia às demandas do presente, e, nesse contexto, na rejeição do neoliberalismo, com a sua esteira de

⁵ O processo eleitoral será analisado com maior profundidade quando se debater a vitória de Chávez em 1998.

desemprego e de miséria, e na conseqüente reafirmação do nacionalismo, por muitos julgado fora de moda (AZEREDO, 2003, p. 130).

Em outras palavras, Chávez propunha que suas atitudes buscavam a liberdade do Estado venezuelano, em detrimento a libertinagem utilizada pela elite dominante para seu enriquecimento. Ao se tratar de liberdade para o Estado Venezuelano, atribui-se uma forte dependência deste país em relação às imposições dos Estados Unidos da América e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O efeito imediato desse fato foi o empobrecimento da Venezuela.

Segundo Skinner, ser livre significaria, para o secretário florentino, poder agir sem depender do concurso de outros agentes, poder tomar suas decisões partindo apenas de sua própria vontade (BIGNOTTO, 1991, p. 79).

A liberdade em relação às potências externas pauta a campanha de Chávez, orientando o povo de que era necessária uma reformulação de todas as instituições venezuelanas. Não se notava que, com a reorganização do Estado, Chávez não pretendia somente libertar a Venezuela de uma ingerência externa. O real interesse era tornar sua *dominação carismática* em poder legítimo legal, protegida pelo estado de direito e regida pela *dominação legal*.

Regido por esse entendimento, Hugo Chávez promove sua campanha à presidência organizando suas correligionários para representá-lo junto ao povo. Vale-se da relação de dominação conquistada após o golpe de 1992, por meio do seu partido MVR, para articular um grupo de apoiadores que exerceriam o papel de “milícias política”. Segundo Maringoni (2004, p. 162), “O MVR não era grande. Mas em seu rastro começou a se formar, no início do ano eleitoral de 1998, uma frente partidária de apoio à candidatura de Hugo Chávez”.

A importância dos correligionários para a campanha e para o chavismo foi fundamental. Depois da prisão de Chávez em 1992, mesmo sem contato com a mídia e afastado do povo por estar na prisão, averiguou-se o crescimento de sua popularidade. Essa visibilidade só foi possível devido ao trabalho dos companheiros que relacionavam o golpe à busca de rompimento com o sistema, que não atendia a população. Pode-se dizer que esses companheiros tornavam-se as *forças próprias* de chaves, juntamente por aqueles que o cercavam.

As próprias forças, explica ele (Maquiavel), são aquelas constituídas de súditos, cidadãos ou criaturas diretamente ligadas ao príncipe. São elas que fundamentam a segurança do governante. Sem dispo delas nenhum principado está seguro. (NIVALDO JUNIOR, 1991, P.58)

No intuito de entender a importância das milícias para o chamado “fenômeno Chávez” é preciso observar e entender as raízes deste. Adotando a ótica de Nivaldo, que propõe identificar as milícias como militantes no séc. XXI, infere-se que Chávez utilizou-se do golpe de 1992 para criar sua *milícia própria*, na qual sustentou sua campanha de libertação e de acessão ao poder.

As *milícias próprias* promoveram a vitória de Chávez nas eleições de 1998 e na Constituinte. Assim, verifica-se que para a ascensão de um líder seria indispensável um suporte composto por seguidores dedicados e dependentes da vontade do líder. Não se pretende, com essa afirmativa, minimizar a *virtú* que Chávez apresenta em suas ações. Deseja-se, uma vez mais, afirmar a importância da *astúcia afortunada* para os resultados alcançados. Caso Chávez não possuísse o apoio das milícias próprias para associar o golpe de 1992 a sua figura, seu poder carismático talvez não tivesse gerado efeito. Maringoni (2004) analisa que a popularidade de Chávez alcança a idolatria quando comparada a de Che Guevara.

Ademais, almeja-se examinar como a chegada ao poder é sustentada por essa relação de idolatria que Chávez recebe de seus companheiros e de todo o povo venezuelano. Deixa-se claro que não pretende afirmar que apenas uma das diversas formas de dominação apresentada por Weber é responsável pela conexão do líder com o poder. No entanto, após o golpe militar 1992, a *dominação carismática* exercida por Chávez o estabelece como um herói do povo venezuelano. Convém dizer que esta relação tem papel fundamental na vitória das eleições de 1998.

3.2. A consagração do “herói nacional”

Para entender a influência de Chávez sobre a população venezuelana, é inevitável analisar o período anterior ao golpe de 1992, no qual existia uma outra relação de dominação. Com isso, infere-se que durante o período democrático venezuelano de 1958 até 1998, as relações de dominação eram regidas pela burocracia proposta no *Pacto de Punto Fijo*. As normas do pacto eram simplórias, porém garantiam que as relações institucionais seriam

respeitadas pela cúpula do poder, isto é, o *Pacto de Punto Fijo* determinava os limites dos partidos, sindicatos e líderes que dividiam os diversos poderes do Estado Venezuelano.

Pacto do Ponto Fixo, assinado por Betancourt (AD), Caldera (COPEI), Almirante Wolfgang Larrazábal e Villalba (URD) promoveu um governo de coalizão com base no respeito de cada grupo aos resultados da eleição de 1958, da consulta interpartidária para implementação de políticas, e pela divisão da responsabilidade governamental (D'AGOSTINO, 2000, p. 3)

O *Pacto de Punto Fijo* fixava a hierarquia e obrigatoriedade de consulta aos partidos que compartilhavam o governo. A questão principal foi que o pacto, que pretendia reger todo o país, não adotou a racionalidade plena, na qual não ocorre apropriação do cargo. Ao contrário o que se pôde verificar foi a apropriação das funções administrativas pelos grandes partidos, possuidores de um quadro administrativo fixo e quase imutável. Por conseguinte, fica clara que a deterioração das instituições e a gradual ilegitimidade da norma ocorre, em partes, pela exclusão de ideologias e da sociedade do *Pacto de Punto Fijo*. Diante os fatos, infere-se que os cidadãos não representados só aceitariam obedecer enquanto lhes fosse favorável.

O reduzido apoio aos partidos alternativos marginalizaram a esquerda e a direita, enquanto que a AD e o COPEI refletiam valores predominantes em um país transformado pela cultura comercial da modernização (D'AGOSTINO, 2000, p. 5)

Outro fato que contribuiu para a ruína das normas, sustentadores da democracia venezuelana, foi a não observância do Presidente Carlos Perez e das forças externas aos limites fixados para o uso de “coerção econômica”. Seguindo a orientação do FMI⁶ e dos Estados Unidos da América, Perez não cumpre as promessas de campanha que fez e implementa um conjunto de medidas que empobreceria a maior parte da população, oprimindo-a economicamente.

Pérez conseguiu forte identificação com os eleitores desesperados com uma campanha que afirmava "com a Ação Democrática vive-se melhor", mas sua retórica alimentava falsas esperanças quanto à reversão das condições econômicas em

deterioração. Uma vez no poder, Pérez confrontou-se com a terrível situação econômica herdada de Lusinchi, que virtualmente exauriu as reservas de câmbio do país. Tais circunstâncias levaram Pérez a implementar um estrito programa de austeridade contrário às políticas pelas quais seus eleitores votaram (HILLMAN, 1994, p.119).

A frustração atribuída aos partidos e a própria democracia, leva a população a necessitar de um orientador, de um herói, que possa findar a opressão até então vivida. Deduz-se que Chávez torna-se um herói não exclusivamente pela *virtú*, que lhe é imputada nesta monografia, mas pela necessidade do povo de ter um “salvador”. Em meio à carência popular por um líder, no qual possa reorganizar as normas e limitar a forte opressão, Chávez surge com um herói disposto a assumir o papel de líder.

Após o fracasso do golpe, infere-se que Chávez procurou deixar claro para a população seu desejo de defender a liberdade do povo Venezuelano em relação à opressão imposta. Dessa maneira, Chávez se caracterizou como herói nacional e, com uma aptidão extraordinária, procurava proteger o Estado Venezuelano das imposições de autoridades internas e externas. Fato este, que faz o povo crer que Chávez é capacitado para liderar o país.

Denominado carisma uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, Chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidiano específicos ou então se a toma como enviado por Deus como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 1992, p.158).

A partir da ligação entre o herói nacional interessado em defender o Estado, e o povo oprimido desejoso de autonomia, revela-se uma relação de *dominação carismática*. Identifica-se que Chávez cria uma relação de dependência com as massas em que, mesmo com o fracasso do golpe militar o sucesso era possível. O fato de seus correligionários o associarem a outro “grande herói” da esquerda latino americano como Che Guevara, contribuiu para formar uma áurea de “salvador da pátria” sobre Chávez. A influência que o “herói nacional” exercida sobre o povo era identificada meses após o golpe e isso contribuía para que as principais lideranças o procurassem Chávez com uma espécie de orientador.

⁶ Fundo Monetário Internacional.

Bem tratado durante o cativeiro, Chávez tinha direito de dar entrevistas radiofônicas, além de receber visitas. Dando o seu óbvio potencial, numerosos políticos o procuraram na prisão (AZEREDO, 2003, p. 131).

Todavia, nota-se que Chávez só pode consolidar sua *dominação carismática*, com uma vitória sobre o sistema combatido por ele em 1992. Faltava ainda extrair a carcaça do antigo sistema, isto é, reformular a ordem vigente da época. Com isso, a necessidade de mudanças torna-se prioridade na campanha presidencial.

Para tanto, na eleição de 1998, Chávez utiliza-se da figura de herói nacional para propor modificações nas regras, que regiam o país. Tal proposta se mostra extremamente eficaz, sendo Chávez eleito presidente. A dominação estava consolidada, mas ainda faltava à vitória sobre as ordens impostas pelo antigo sistema, o que lhe daria plenos poderes.

Com o pretexto de modificar o sistema, Chávez inicia sua tomada do poder. Nessa mesma linha de raciocínio ainda se procurará demonstrar como a *dominação carismática*, alcançada após o golpe militar de 1992 e consolidada durante as eleições de 1998, influencia a busca por plenos poderes, fato este ocorrido após a reestruturação do Estado Venezuelano.

3.3. Chávez e a Nova Ordem Venezuelana

A proposta de reformulação do Estado tornou-se a plataforma eleitoral de Chávez, contudo o que não ficou claro durante a campanha foi como se estabeleceria à reforma e quem a comandaria. Os partidos de esquerda não tinham uma proposta para a reformulação e os antigos partidos não a queriam. Nessa falta de ordem, Chávez percebe o subterfúgio conveniente para impor que sua dominação carismática sobre o povo e correligionários fosse transformada em dominação legal.

Para que a dominação carismática se tornasse poder legítimo legal Chávez precisava impor que a reforma não fosse orientada pelos antigos partidos, pois os mesmos não aceitariam a reformulação. Assim, Chávez serviu-se uma vez mais da dominação carismática, exercida sobre a população, para impor às modificações aos líderes do Judiciário. Da mesma forma Chávez impõe, por meio do povo, uma grande presença dos aliados na assembléia, que deveria definir a reorganização do país.

Partindo da premissa que não poderia confiar ao Congresso eleito em novembro de 1998 a missão de preparar nova constituição, Chávez, tão logo empossado, iniciou o processo de convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Nesse campo, enfrentou ele oposição das duas Câmaras, eis que obviamente o procedimento alvitado não estava previsto pela carta de 1961. No entanto, a Corte Suprema se alinhou com as teses presidenciais, não só autorizando a eleição da Assembléia, mas também dando plenos poderes ao Executivo para reformular o processo de escolha dos representantes (AZEREDO, 2003, p. 130).

Com a vigorosa presença dos aliados na Assembléia Constituinte, os quais ideologicamente só possuíam o líder como norteador, é imposta por Chávez uma constituição que diminui sensivelmente a representação do poder legislativo, retirando-lhe o dever de contestação ao poder executivo. De toda maneira, ainda havia necessidade de maioria do congresso para realizar outras modificações, caso fosse necessário. Neste sentido, Chávez modifica seu discurso de confronto para um debate de conciliação nacional utilizando-se de toda a sua *virtú*, o que lhe permitiu exercer maior influência sobre o a Congresso Unicameral.

A nova constituição também beneficia a figura presidencial com amplos poderes além de criar novos cargos como o de vice-presidente e de defensor do povo que deveriam ser nomeados pelo chefe do poder executivo. Cria-se também o Conselho Moral Republicano que tem como função impedir uma possível reestruturação do antigo sistema.

Apesar das modificações constitucionais, outras questões ainda deveriam ser tratadas por Chávez antes de assumir plenos poderes, entre elas o problema econômico. Neste contexto Chávez atuava junto aos países produtores de petróleo no sentido de valorizar o produto no mercado internacional. De fato sua influência torna-se um catalisador para o aumento dos preços no cenário internacional, no entanto é fundamental verificar que a valorização do petróleo ocorre principalmente pelo excesso de demanda.

Assim, infere-se que, se servido de alguma *fortuna*, Chávez corrobora com o aumento na cotação de petróleo. O efeito para o Estado Venezuelano foi imediato, oferecendo o suporte financeiro que Chávez precisava para consolidar a nova ordem e o apoio necessário aos povos mais pobres. Torna-se essencial lembrar que a constituinte proíbe a privatização da principal estatal petroleira, o que confirma a importância do petróleo para a nova ordem da Venezuela.

Outro assunto pendente refere-se aos militares. Apoiando-se no “Plano Bolívar 2000” Chávez busca insere no cotidiano do país as Forças Armadas, ocupando-os com atividades voltadas à população venezuelana. Evidente que alguns desses militares,

especialmente os que possuem maior tempo na corporação, não concordavam com o uso que Chávez dava as Forças Armadas. No entanto, os descontentes não dispunham de lideranças e articulação para confrontar um presidente que possuía grande popularidade.

A outra face da moeda se refere à visível discordância existente em segmentos do estamento militar quanto aos rumos imprimidos pelo presidente para a instituição armada. Esse descontentamento não se concentra entre os militares mais antigos, embora entre os oficiais reformados venha a ser expresso com mais desenvoltura. Assim há ressentimento quanto ao envolvimento político atual, o que prejudicaria a autonomia corporativa assegurada pelo antigo regime (AZEREDO, 2003, p. 139).

Ao incluir os militares das mais diversas camadas no cotidiano do país Chávez apresenta uma *virtú* essencial, pois desarticula a última chance que o antigo regime tem de retornar. Desta forma, Chávez pôde finalmente assumir plenos poderes na vida institucional e Estatal Venezuelano, o que de fato acontece após as eleições de 2000.

CONCLUSÃO

A apreciação de uma figura polêmica que ainda persiste no cenário político local e internacional impõe restrições ao trabalho acadêmico, assim as limitações se evidenciam quando se analisa um indivíduo como Hugo Chávez. À vista disso, a qualquer instante o indivíduo pode apresentar uma postura diferente da que se propõe analisar, modificando assim todo o cenário examinado. Neste sentido, foi fundamental delimitar um período em que as ações futuras do presidente venezuelano não comprometessem a análise da pesquisa.

Outra limitação encontrada foi à escassez de textos que narrassem a história venezuelana como acontecimentos históricos. De fato, vários textos apresentavam uma forte tendência de veneração ou ódio por Chávez, o que modificava a percepção dos acontecimentos. Ademais, o desejo de analisar um maior campo de estudo confrontou-se com a necessidade mercadológica de tempo imposto pelo Ministério da Educação Brasileiro que determina um período regular para a entrega da pesquisa, mesmo esta não tendo atingido seus objetivos. Em outras palavras, a ânsia de analisar mais aspectos da chegada ao poder por Hugo Chavez teve de ser suprimida devido à abrangência do tema e ao tempo proposto.

A pesquisa deu-se na percepção de que as características do príncipe de Maquiavel estão intimamente relacionadas à *dominação* de Weber, no que consiste a busca pelo poder. A fim de constatar a afirmativa, analisou-se Maquiavel sobre uma ótica em que se propõe a *virtú* e a *fortuna* como responsáveis pelo sucesso que o príncipe tem de chegar ao poder. Na tese de Weber nota-se que as mais diversas *formas de dominação* são o suporte necessário para criar uma relação de manutenção do poder. Assim, no que concerne o pensamento de ambos, acredita-se que Hugo Chávez aplicou características das duas teses para nortear a busca pelo poder na Venezuela.

Desta forma, por meio de sua habilidade política, Chávez consegue, no golpe militar de 1992, a inserção necessária para firma-se como o “herói salvador” do Estado Venezuelano. Neste contexto, Chávez impõe uma relação de dominação, fazendo a grande massa acreditar que a vitória seria alcançada com o passar do tempo. Em outras palavras, utiliza-se da *virtú* que possui para transformar o fracassado do golpe de 1992 em sua plataforma política para as eleições de 1998.

Servindo-se da comparação que a população faz dele com um “heróico salvador”, isto é, um indivíduo extraordinário, Chávez inicia o processo de promoção política e

conservação do poder. A *dominação carismática* que Chávez exerce sobre a população é fundamental para sua ascensão até a presidência da Venezuela. No entanto, para se consolidar no poder faz-se necessário que ocorra uma reformulação do Estado, tendo em vista a ingerência que a Venezuela sofria do FMI e dos Estados Unidos da América.

Contando com a *dominação carismática* e com a *virtú* de príncipe maquiavélico, Chávez impõe as modificações necessárias para libertar seu país da influência de potências externas e se firmar no poder. Considera-se essencial compreender que a *fortuna* é a última forma de conquista do poder utilizada por Chávez e só tem o papel de consolidar o *status* de poder legítimo legal, imposto as diversas áreas do Estado Venezuelano.

Embora Chávez tenha consolidado seu *status* de dominação, entende-se que é essencial observar os constantes recursos de contestação do poder legítimo legal. Para tanto, é fundamental esperar findar seu mandato presidencial o que deve acontecer em 2012. Antes disso, qualquer análise sobre o assunto pode encontrar resistência nas ações de Hugo Chávez. Outra questão que pode ser objeto de análise é o constante anseio de Hugo Chávez em permanecer por um período indeterminado à frente do Estado Venezuelano criando, para isso, vários subterfúgios na lei daquele país.

Neste sentido, existe a pretensão de desenvolver um estudo sobre as contestações que o poder legítimo sofre durante o mandato de Chávez. Alguns eventos históricos como a tentativa de golpe em 2002 e a vitória do “não” em um referendo popular, no qual questionava a possibilidade de reeleição do presidente por tempo indeterminado, devem orientar uma pesquisa no futuro.

Por fim, compreende-se que a tomada e a manutenção de poder por Hugo Chávez pode ser explicado pela tese de Weber sobre as *formas de dominação* e pela mais popular obra Maquiavel: *O príncipe*. No entanto, a análise realizada nesta monografia sobre o processo de manutenção do poder se deu até a reformulação das instituições venezuelanas. Ademais, acredita-se que qualquer exame que não observe tal limite só poderá ser conclusivo após findar a influência da figura de Chávez no cenário político venezuelano.

REFERÊNCIAS

ATIENZA, Rafael Ceballos; Ceballos FRANCISCO, Toro Ceballos. **Hugo Chávez el destino superior de los pueblos latinoamericanos y el gran salto adelante**. Alcalá la Real: Alcalá, 2007.

AZEREDO, Mauro Mendes. **A crise da democracia venezuelana. Relação com os Estados Unidos** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IIPRI, 2003.

BAUDOUIN, Jean. **Introdução a Sociologia Política**. Lisboa: Editora Estampa, 2000.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2002.

COHN, Gabriel. **Max Weber. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **Política, poder, estado e força: na leitura de Weber**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HILLMAN, Richard S. **Democracy for the Privileged: Crisis and Transition in Venezuela**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARCANO, Cristina; BARRERATYSZKA, Alberto. **Hugo Chávez sem uniforme - Uma história pessoal**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NIVALDO JUNIOR, José. **Maquiavel, O poder Historia e Marketing**. Recife: Editora Makpla, 1991.

SADEK, Maria Teresa. Nicolau **Maquiavel, o cidadão sem Fortuna e o intelectual de virtú**. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2004.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo: Editora O Globo, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 5. ed Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

Web sites.

Marisa, Ramos. Estruturação **ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela** (1998-2000).Disponível em [:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762002000200004&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762002000200004&script=sci_arttext) acessado dia 12/05/2007

Richard S. Hillman; Thomas J. D'Agostino. **Partidos políticos, opinião pública e o futuro da democracia na Venezuela**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000100003 acessado dia 15/05/2007

Documentário

The Revolution Will Not Be Televised (A Revolução Não Será Televisada). Km Bartley and Donnacha O'briai. 23 de Abril 2006. 1 hora 14 min 31 sec. Em espanhol e inglês com subtítulos em português.